733

EXPERIÊNCIA, NARRAÇÃO E INFÂNCIA: UMA VISÃO BENJAMINIANA

Maíra Braga Adorno Dourado¹ (UFG)

Juliana de Castro Chaves² (UFG)

GT5 - Educação Infantil

Resumo

Este texto tem como objetivo realizar a discussão sobre o sujeito na modernidade, que se mostra indiferente e insensível aos outros sujeitos, empobrecido em sua experiência, bem como revelar as especificidades da infância e da experiência infantil neste contexto. A análise realizada tem seu embasamento também na teoria marxista na medida em que discute na racionalidade produtiva do Capital, a produção das relações estabelecidas pelos sujeitos, para além da produção somente de produtos ou mercadorias. As relações estabelecidas no Capitalismo serão relevantes para o entendimento do sujeito investigado por Benjamin na modernidade. Em um primeiro momento, será discutido o conceito de experiência, sua relação com a tradição e com a narração, à luz da teoria crítica, sobretudo a partir do autor: Walter Benjamin. A discussão realizada busca, a partir da realidade, dialogar com o autor, que debate a partir da lírica de Baudelaire, a experiência mutilada dos sujeitos na sociedade burguesa. Em um segundo momento, é apresentado também, nesse sentido o conceito de vivência, como uma possibilidade para homem moderno. A criança, no entanto, embora inserida na realidade do Capitalismo, se revela de modo singular e diferente ao mundo do adulto. Assim, ao final do texto é abordada a especificidade da infância a fim de que se discuta a experiência infantil na modernidade e as contradições de como ela pode se apresentar. É importante considerar que este texto é concluído com uma pergunta, no sentido de questionar como estará, de fato, a infância e a experiência infantil na atualidade, sobretudo pela intensificação dos aparatos tecnológicos no cotidiano das crianças.

Palavras-chave: Experiência. Benjamin. Experiência Infantil.

Para que se compreenda a relação existente entre experiência, narração e infância faz-se necessário entender que tais articulações não são abstratas, mas constituídas na particularidade histórica do capital. .

1Maíra DOURADO, mestranda UFG

Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação, E-mail: maira.b.adorno@gmail.com

2 Juliana CHAVES, prof. Doutora UFG

Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação, E-mail: julichcastro@gmail.com

734

Nesse sentido, na racionalidade produtiva da sociedade, a produção material não se resume apenas a produtos, mas também a relações dos sujeitos sociais. “[...] a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção” (Marx, 1983, p.105).

O sujeito social revelado por Benjamin (1983), ao investigar a modernidade burguesa, mostra-se indiferente e insensível em relação a outros sujeitos, sobretudo, àquele que no âmbito do trabalho, se exprime senão de forma automática. Não se espera, portanto, que este sujeito busque novas experiências, e, como consequência, legitima o empobrecimento da própria experiência. Benjamin (1994b, p.144) recorre a uma passagem da lírica de Baudelaire:

Perdido neste mundo vil, acotovelado pelas multidões, sou como o homem fatigado cujos olhos não vêm no passado, na profundidade dos anos nada além do desengano e da amargura, e, à sua frente, senão a tempestade, onde não está contido nada de novo, nem ensinamentos nem dores.

O sujeito apresentado por Baudelaire perde a orientação do passado, não se reconhece no presente e não vislumbra nada de novo para o futuro. O sujeito, portanto, perde a referência coletiva, uma vez que se encontra em uma realidade cada vez mais alienante, e também sua referência individual, tornando-se cada vez menos capaz de transmitir experiências vividas.

As experiências, nesse sentido, se relacionam à tradição, tanto na vida privada, quando coletiva. Desta forma, os dados acumulados (vinculados a tradição) não se tornam dados isolados e rigorosamente fixados na memória. Tornam-se dados inconscientes que surgem na memória involuntária (Benjamin, 1994b).

A tradição carrega em si o passado, revelando-se no presente e sustentando o futuro. É importante considerar que o tempo passado embora vivido na rememoração, não se torna nem vazio, nem homogêneo. A imagem do passado torna-se então, um relampejo, presente no momento em que é reconhecido. (Benjamin, 1994g).

A perda da tradição e, conseqüentemente da narração, revela como as experiências dos sujeitos na modernidade estão mutiladas, empobrecidas: “Se hoje conselhos parece algo antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos, nem aos outros” (Benjamin, 1994a, p.200).

735

A experiência, portanto, envolve a tradição passada de geração para geração por meio das narrativas e do narrador e que nelas estão presentes uma dimensão utilitária, com algum tipo de ensinamento moral, de sugestão prática. No entanto é importante considerar que a narração:

[...] não tem a pretensão de transmitir um acontecimento, pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador com os vestígios das mãos do oleiro no vaso da argila. (Benjamin, 1994b, p.107).

Para Benjamin (1994b), a experiência diz respeito ao inconsciente e a memória involuntária (traços mnemônicos). Quanto menor for à participação do aparato do choque em cada uma das impressões, maior torna-se a presença do inconsciente.

Por aparato do choque entende-se a proteção psíquica contra os estímulos externos, aparato do espanto, traumas, o inesperado. “Quanto mais normal e corrente for o registro dos chocs, tanto menos se terá que temer um efeito traumático dos mesmos” (Benjamin, 1983, p.33).

Benjamin (1994b, p.108) dialoga com Prost ao ampliar as discussões acerca da memória involuntária: “só pode se tornar componente da *mémoire involontaire* aquilo que não foi expressa e conscientemente ‘vivenciado’, aquilo que não sucedeu ao sujeito como ‘vivência’”. A vivência torna-se, portanto, a possibilidade para o homem moderno, pois se relaciona ao controle dos estímulos, a memória voluntária, a história consciente e, assim, o sujeito torna-se capaz de perceber uma sucessão de acontecimentos isolados e a determiná-los por meio da memória consciente.

A experiência relaciona-se então, à espontaneidade, sobretudo, pelo fato de que não pode ser forjada ou planejada. Vale considerar que, embora a experiência se apresente por meio de situações coletivas, é no âmbito do privado e particular do sujeito que ela se revela. “As inquietações de nossa vida interior não têm, por natureza, este caráter irremediavelmente privado. Elas só o adquirem depois que se reduziram as chances dos fatos exteriores se integrarem à nossa experiência” (Benjamin, 1994b, p.106).

A experiência exige a disponibilidade para viver o tempo: para ouvir, para narrar, para viver experiências. Portanto, não é o tempo marcado pela contínua repetição automatizada e efemeridade dos acontecimentos. “[...] não é, porém o tempo terrestre, o tempo mundano. É um tempo que não destrói, mas

736

somente realiza” (Benjamin, 1983, p.46).

A experiência pertence à ordem do desejo, e que tal desejo se remonta no tempo. O desejo pode não se realizar, mas a vontade e a espera em realizá-lo, torna a experiência concreta, afinal, a possibilidade de contato com o objeto de desejo é que torna viável a experiência (Benjamin, 1983).

Para reafirmar suas impressões acerca do desejo, o autor remete a Goethe, ao citar a relação entre o que se deseja quando jovem, tem-se em abundância quando velho. Nesse sentido:

Na vida, quanto mais cedo se formula um desejo, tanto maiores são as suas perspectivas de realização. Quanto mais um desejo remonta no tempo, tanto mais se pode esperar a sua concretização. Mas aquilo que reporta ao tempo passado é a experiência, é o que o preenche e articula. Por isso, o desejo realizado é a coroa destinada à experiência. (Benjamin, 1983, p.46)

Benjamin (1994b, p.106) dialoga novamente com Prost ao afirmar que fica ao acaso “[...] se cada indivíduo adquire ou não uma imagem de si mesmo, e se pode ou não se apossar de sua própria experiência. Não é de modo algum evidente este depender do acaso”. É possível afirmar, desse modo, que a experiência não se torna totalmente espontânea e ao acaso. Não é qualquer objeto que terá alguma significação, correspondência para o sujeito, mesmo que de maneira inconsciente.

A poesia lírica, por exemplo, favorece o contato com a experiência dos leitores, especialmente pelo fato de que tal experiência se transformou na estrutura poética e não se apresenta totalmente ao acaso. “[...] somente o poeta pode ser o sujeito adequado de uma experiência similar [a do leitor]” (Benjamin, 1983, p.30).

Na modernidade, portanto, os sujeitos se apresentam altamente adaptados e passam a expressar-se de maneira automática. Assim, seus comportamentos tornam-se uma reação contínua aos aparatos de choques. Desta forma, o fato dos comportamentos e reações dos sujeitos resultarem significativamente de uma reação contínua de proteção contra os estímulos, os choques passam a ser amortecidos e aparados pelo consciente que evoca o caráter de experiência vivida em sentido restrito (Benjamin, 1994b).

Quando a presença do consciente torna-se mais constante com vistas a proteção contra os estímulos, Benjamin (1994b, p.111) aponta que: “[...] quanto maior for o êxito com que ele operar, tanto menos essas impressões serão incorporadas à experiência e tanto mais

corresponderão ao conceito de vivência.”

É importante destacar que, com os avanços tecnológicos, sobretudo em relação às câmaras e as aparelhagens análogas, que registram momentos específicos da vida do sujeito, garantem o aumento de dados isolados e rigorosamente fixados na lembrança:

[...] ampliaram o alcance da *mémoire volontaire*; por meio dessa aparelhagem, eles possibilitam fixar um acontecimento a qualquer momento, em som e imagem, e se transformam assim em uma importante conquista para a sociedade, no qual o exercício se atrofia (Benjamin, 1994b, p.137)

A difusão de informações pelos meios de comunicação de massa é parceira do empobrecimento da experiência, o que acirra ainda mais a perda dos vestígios e marcas da tradição (Benjamin, 1994b). Na esteira desses processos, os narradores também estão se tornando escassos visto que a experiência apresenta-se mutilada. Assim, a tradição que deveria ser repassada de geração em geração pela narrativa, vem perdendo espaço para o acúmulo de informações que sequer possibilitam histórias surpreendentes que poderiam incluir aos acontecimentos, contextos que poderiam afetar a experiência do leitor.

Às informações, os fatos já são acompanhados de explicações, excluindo qualquer relação de um fato com outro (como a notícia jornalística). Ao leitor cabe apenas recebê-las passivamente, reduzindo ainda mais a possibilidade de experiência e imaginação dos sujeitos.

Noções como a de ‘sentar-se e ler um bom livro’ são arcaicas. Isso não se deve meramente à falta de concentração dos leitores, mas sim à matéria comunicada e à sua forma. Pois contar algo significa ter algo especial a dizer, e justamente isso é impedido pelo mundo administrado pela estandardização e pela mesmice. (Adorno, 2003, p.56)

Benjamin (1994a) destaca que as narrativas dos contos de fadas são ainda hoje as primeiras conselheiras das crianças. Nesse sentido, para o autor, o primeiro narrador verdadeiro, continua sendo o de contos de fadas. Por meio dos contos torna-se possível a compreensão das crianças sobre o enfrentamento do mundo mítico com astúcia e coragem. É esse entendimento, ensinamento moral ou um conselho, que se configura a experiência.

O personagem do rapaz que saiu de casa para aprender a ter medo mostra que as coisas que tememos podem ser devassadas; o personagem “inteligente” mostra que as perguntas feitas pelo mito não são tão simples quanto as feitas pela esfinge; o personagem do animal que socorre uma criança mostra que a natureza prefere associar-se ao homem que ao mito (Benjamin, 1994a, p.215).

A possibilidade de enfrentamento e libertação do mundo mítico não coloca a natureza como uma entidade mítica, mas revela a sua cumplicidade com o homem. O adulto, no

738

entanto, só compreende ou percebe tal cumplicidade vez ou outra, sobretudo quando está feliz. A criança percebe a primeira vez a partir do conto de fadas, o que provoca nela a sensação de felicidade (Benjamin, 1994a).

É importante considerar que a experiência infantil se diferencia da experiência do mundo adulto, na medida em que:

[...] a experiência infantil da brincadeira, da expressão mimética e lúdica, se constitui como o gérmen do novo que pode ser contraposto a experiência do adulto, adaptado as condições do mundo regido pelo modo de produção e de representação modernos. A criança mantém vivo algo que se perdeu na história da modernidade [...]. (SCHLESENER, 2011, p.130).

Para Schlesener (2011), que se embasa em Benjamin para fundamentar sua teoria, a experiência infantil recria a experiência enquanto sensibilidade, visto que a relação da criança com o mundo se dá de forma mimética, que não se resume a mera imitação, mas se apresenta como uma relação nova e original, de aquisição de conhecimentos acerca da realidade objetiva.

Essa relação nova e original, que se revela também pela repetição, em que a criança realiza a mesma ação várias vezes e que se apresenta muito além do próprio prazer pelo fazer novamente. A experiência profunda da criança, portanto, remonta do desejo incansável de se repetir, retornar e restaurar a uma situação original (ponto de partida).

Não se trata apenas de assenhorar-se de experiências terríveis e primordiais pelo amortecimento gradual, pela invocação maliciosa, pela paródia; trata-se também de saborear repetidamente, do modo mais intenso, as mesmas vitórias e triunfos. O adulto alivia seu coração do medo e goza duplamente sua felicidade quando narra sua experiência. A criança recria essa experiência, começa sempre tudo de novo, desde o início. [...] é a transformação em hábito de uma experiência devastadora. (Benjamin, 1994f, p.253)

Benjamin (1994e) inova em seus escritos ao perceber a criança não como um Robinson, ensimesmada, visto que não pertence a nenhuma comunidade separada, mas como parte do povo e da classe a que pertence. No entanto, as crianças apresentam-se de maneira diferente ao modo como os adultos as compreendem ou as compreenderam ao longo da história.

A criança percebe a realidade por meio da fantasia e imaginação, mas quando o adulto interpreta e intervém a seu modo à sensibilidade infantil (uma visão adultocêntrica) declina a possibilidade de se revelar a sensibilidade subjetiva da criança.

Na modernidade, o aparato tecnológico (brinquedos cada vez mais industrializados, por exemplo) favorece a perda da imaginação e potência criadora das crianças. Nesse sentido, quanto mais os brinquedos se tornam atraentes, no sentido usual, mais se afastam da brincadeira viva e, como consequência, da possibilidade de experiência.

Nesse sentido, é importante considerar que Benjamin (1994d, p.238) contradiz a visão de que é necessário produzir um “mundo” apropriado às crianças, “[...] as próprias crianças constroem seu mundo de coisas, um microcosmos no macrocosmos”. Ou seja, as crianças não imitam o mundo do adulto de maneira estéril, pelo contrário, colocam resíduos deste mundo adulto em uma nova e original relação. Portanto, o microcosmo diz respeito ao mundo específico da criança, imerso em um macrocosmo, representando o que seria o mundo adulto.

Esta interpretação rompe com a visão de criança como um devir, vir a ser, e que, nesse sentido, deveria ser “preparada” para o mundo adulto. Benjamin (1994d, p.236) critica a ideia de “remodelação da humanidade” a partir da criança: “Se o homem é por natureza piedoso, bom e sociável, deve ser possível fazer da criança, ente natural por excelência, um ser supremamente piedoso, bom e sociável”.

Para Ferreira (2015, p.395), a infância para Benjamin torna-se “uma oportunidade de defesa de uma concepção de tempo não subtraída aos interesses hegemônicos, evidentemente burgueses”.

Adorno (2003a) amplia a discussão nesse sentido, ao fazer um alerta sobre a necessidade de se contrapor a uma ausência de consciência característica da modernidade. O autor pontua sobre a importância da educação na primeira infância no sentido de se evitar que se repita, por exemplo, a barbárie dos campos de concentração:

É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica. Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância. (Adorno, 2003a, p.121-122)

O destaque para a primeira infância que Adorno (2003a) apresenta não é aleatória. A criança embora inserida na realidade aniquilante da modernidade, apresenta-se de maneira específica em relação ao adulto, pois ainda torna-se capaz de resignificar por meio da imaginação, a realidade.

740

No entanto, é importante destacar que, embora o mundo microcosmo da criança possui especificidades inerentes à infância, “a criança exige do adulto explicações claras e inteligíveis, mas não explicações infantis, e muito menos as que os adultos concebem como tais” (Benjamin, 1994d, p.236).

Tais explicações sobre determinada realidade, com uma narrativa mais elaborada, por exemplo, podem favorecer o entendimento da criança sobre assuntos sérios, mais abstratos, sem que seja necessário infantilizar ou minimizar o que está posto, apenas por se tratar de narrativas para crianças. “[...] nada é mais ocioso que a tentativa febril de produzir objetos – material ilustrativo, brinquedos ou livros – supostamente apropriados às crianças. Desde o Iluminismo, essa tem sido uma das preocupações mais estereis dos pedagogos” (Benjamin, 1994, p.237).

Com tantos materiais produzidos pelo mercado para o nicho específico da infância, as ampliações e aprofundamentos da tecnologia (bem como sua inserção à vida das crianças) e das contradições apresentadas é possível questionar: como se apresenta, de fato, a infância (e a experiência infantil) hoje?

Referências

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003a. p.119-138.

ADORNO, T. W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2003,. p. 55-63.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. (Obras escolhidas; v.1), p.197-221.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: **Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p.103-149.

BENJAMIN, Walter. Pobreza e Experiência. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994c. (Obras escolhidas; v.1), p.114-119.

BENJAMIN, Walter. Livros infantis antigos e esquecidos. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994d. (Obras escolhidas; v.1), p.235-243.

BENJAMIN, Walter. A história cultural do brinquedo. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e**

741

história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994e. (Obras escolhidas; v.1), p.244-248.

BENJAMIN, Walter. Brinquedo e brincadeira: observações sobre uma obra monumental. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994f. (Obras escolhidas; v.1), p. 249-253.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994g. (Obras escolhidas; v.1), p.222-232.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In.: BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M; ADORNO, T. W; HABERMAS, J. **Texto escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores) p.29-56.

FERREIRA, M. S. Por uma concepção crítica de infância. In.: **Psicologia & Sociedade**. v. 27. n.2. Rio d Janeiro: UFRJ, 2015, p. 394-403.

MAAR, Leo W. Á guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In.: ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.11-28.

MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: **Manuscrítos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.79-90. (tradução Jesus Ranieri)

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural Ltda. (Os Pensadores). 1978, p.103-125.

RESENDE, A. C. A. Subjetividade em tempos de reificação: um tema para a psicologia social. In.: **Estudos: vida e saúde**. v.28, n.4.jul./ago. Goiânia: UCG, 2001, p.511-538.

SCHLESENER, Anita Helena. Educação e Infância em alguns escritos de Walter Benjamin. In: **Paidéia**. v. 21, n.48. jan/abr. São Paulo: USP.2011, p.129-135.

SOUZA, André Barcellos Carlos de. Arte, Infância e Indústria Cultural. In: **Inter-ação**. v. 39, n.1.jan/abr. Goiânia: UFG, 2014, p.129-143.